



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 46/XIII/3.<sup>a</sup> SL

Em 26 de abril de 2018, pelas 11 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Audições a realizar na sequência do Relatório da Comissão Técnica Independente sobre a «Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental» e metodologia da próxima audição regimental do Ministro da Administração Interna;**
3. **Apreciação e votação de pareceres sobre:**
  - Proposta de Lei n.º 120/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV) - "Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados" - Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE)
  - Proposta de Lei n.º 122/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV) - "Altera o estatuto dos magistrados judiciais" - Relatora: Deputada Emília Cerqueira (PSD)
4. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 683/XIII/3.<sup>a</sup> (BE) - "Regularização do estatuto jurídico das crianças com nacionalidade estrangeira acolhidas em instituições do Estado ou equiparadas";**
5. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para promoção de audição do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e do Conselho Superior da Magistratura, no âmbito da Petição n.º 460/XIII/3.<sup>a</sup> - "NÃO ADOTO ESTE SILÊNCIO - Adoções ilegais da IURD e abertura de uma comissão de inquérito";**
6. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil e dos representantes da Everjets, empresa responsável pela manutenção dos helicópteros Kamov, acerca da operacionalidade destes no combate aos incêndios;**
7. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição do Presidente da Autoridade Nacional da Aviação Civil, acerca do novo Plano Nacional de Segurança da Aviação Civil, designadamente em matéria das infraestruturas aeroportuárias;**
8. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:**
  - Petição n.º 429/XIII/3.<sup>a</sup> - "Solicita a alteração das leis relativas à segurança privada" - Relator: Deputado António Gameiro (PS)
9. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
10. **Apreciação e votação das atas n.ºs 40 a 45/XIII/3.<sup>a</sup> (reuniões de 4 a 26 de abril de 2018);**
11. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 46/XIII/3.<sup>a</sup> SL

PROPOSTAS DE LEI

N.º e AUTOR	ASSUNTO	RELATOR	CONSULTAS A PROMOVER
PPL 125 XIII 3. <sup>a</sup> (GOV)	<a href="#">Aprova as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/680.</a>	Deputado Carlos Abreu Amorim	O.A./CNPD / CADA / CSMP / CSM / CFSIIC
PPL 126 XIII 3. <sup>a</sup> (GOV)	<a href="#">Altera o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial.</a>	Deputado Carlos Abreu Amorim a 02-05-2018	CNPD / CSMP / CSM / OA / Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução / CFSIIC

No segundo ponto da ordem de trabalhos, relativo às audições a realizar na sequência do Relatório da Comissão Técnica Independente sobre a «Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental», o Senhor Presidente explicou que o agendamento deste tema se prendia com a necessidade de esclarecer as razões para a não realização da audição do Coronel Albino Tavares, questão que fora abordada pelo CDS/PP no início da audição do Presidente do IPMA, o que fora então considerado extemporâneo pelo Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Telmo Correia (CDS/PP) recordou que não assistira ao debate, mas que lhe fora reportado ter ocorrido normalmente sem nenhum incidente extemporâneo. Lembrou que, na sequência de debate público, de declarações na Assembleia da República e intervenções várias

e metodologia da próxima audição regimental do Ministro da Administração Interna;

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 113/XIII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Tipifica o crime de agressão, procedendo à



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 46/XIII/3.ª SL

segunda alteração à Lei n.º 31/2004, de 22 de julho, que adapta a legislação penal portuguesa ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional, que foi apresentado pelo respetivo relator, o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), e no final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Foi igualmente apreciado o parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 115/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - Altera o funcionamento e enquadramento das entidades de resolução extrajudicial de litígios de consumo, que foi apresentado pela respetiva relatora, a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD), e no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

O quarto ponto, que consistia na discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 683/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Regularização do estatuto jurídico das crianças com nacionalidade estrangeira acolhidas em instituições do estado ou equiparadas, foi adiado para a reunião seguinte, uma vez que continuava em falta o parecer do Conselho Superior do Ministério Público.

No ponto seguinte, foi fixada por unanimidade, na ausência do PEV, a redação final do texto que estabelece o "Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa" [[Proposta de Lei n.º 75/XIII/2.ª \(GOV\)](#) e [Projetos de Lei n.ºs 242/XIII/1.ª \(BE\)](#) e [317/XIII/2.ª \(PAN\)](#)], tendo sido aceites as sugestões de redação constantes da informação n.º 104/DAPLEN/2018, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

No sexto ponto, teve lugar a apresentação, pela Senhora Deputada Maria Germana Rocha (PSD), do Relatório de Participação da Assembleia da República na [Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros \(FEMM\) - «Capacitação de mulheres e raparigas nos Media e nas Tecnologias de Informação e Comunicação: A chave para o futuro»](#).

O sétimo ponto, que consistia na apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Ministro da Administração Interna e da Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna sobre recentes declarações proferidas por inspetores do SEF acerca do tráfico de seres humanos em Portugal, usou

Aprovada a 02-05-2018



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 46/XIII/3.<sup>a</sup> SL

da palavra a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD), que justificou a apresentação do requerimento pela gravidade dos factos e das declarações que vieram a público alertar para a escassez de meios do SEF para combater este crime. Seguiram-se as intervenções dos Senhores Deputados Nuno Magalhães (CDS-PP), Filipe Neto Brandão (PS), José Manuel Pureza (BE) e António Filipe (PCP), tendo todos declarado que os respetivos Grupos Parlamentares votariam favoravelmente o requerimento, por estar em causa uma situação de gravidade e alarme indiscutível. No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto seguinte, o requerimento do Grupo Parlamentar do PS para audição da Procuradora-Geral da República (PGR) com o propósito de indagar sobre a adequação do regime de proteção de crianças e jovens em vigor ou a eventual necessidade do seu aprimoramento legislativo (na sequência da aprovação do Relatório Final da [Petição n.º 460/XIII/3.<sup>a</sup>](#)), foi apresentado pelo Senhor Deputado Fernando Neto Brandão (PS), que disse que o Grupo Parlamentar do PS se limitou a formalizar o requerimento apresentado oralmente pela Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) na reunião em que fora aprovado o relatório final da Petição n.º 460/XIII/3.<sup>a</sup>, uma vez que ficara claro que, para além das práticas passadas, nos dias de hoje subsistiam irregularidades em matéria de adoções.

No debate que se seguiu, a Senhora Deputada Teresa Morais (PSD), afirmou não concordar com a realização de audições isoladas, que a audição da PGR era um ato manifestamente insuficiente que não resolvia o problema nem dava resposta à pretensão dos peticionantes. Acrescentou que o relatório final da Petição mencionava procedimentos e práticas atuais de técnicos da segurança social e da Santa Casa da Misericórdia, pelo que deveria ser alargado o leque de entidades a ouvir sobre a matéria, incluindo, designadamente, o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Conselho Superior da Magistratura. O Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) retorquiu que nada só por si resolvia problema algum e que a iniciativa de ouvir a PGR fora tomada por se entender que era a entidade que tinha a possibilidade de informar sobre a existência atual de problemas no regime da adoção, o que não excluía que fossem feitas outras diligências nesse âmbito.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 46/XIII/3.<sup>a</sup> SL

A Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) disse não se opor à audição, reforçando que o Parlamento dispunha de todos os instrumentos para fiscalizar a situação em causa, designadamente através da realização de audições. Também o Senhor Deputado António Filipe (PCP) e a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) manifestaram a sua concordância com o requerimento. No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No nono ponto, foi apreciado o do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para que fosse dado conhecimento ao Ministro da Administração Interna da situação ocorrida no passado dia 19 de abril, em que dois Deputados do BE foram impedidos de entrar no Porto de Setúbal, para que se procedesse ao apuramento de responsabilidades, que foi apresentado pelo Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), que considerou que deveria ser a 1.<sup>a</sup> Comissão a dar conhecimento do incidente ocorrido com Deputados da AR, e não apenas um Grupo Parlamentar, dada a gravidade do mesmo. No debate, intervieram os Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD), que recordou uma situação idêntica que se passara com Deputados do Grupo Parlamentar do PSD e defendeu que não bastava dar conhecimento, antes deveria ser solicitado ao Governo - no caso ao Ministro da Defesa Nacional e não ao Ministro da Administração Interna, por estar em causa a Polícia Marítima - que emitisse uma orientação clara dirigida às entidades sob a sua tutela. Após as breves intervenções dos Senhores Deputados Fernando Rocha Andrade (PS) e do António Filipe (PCP), o requerimento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo pareceres da Subcomissão de Ética para apreciação e ratificação, passou-se ao ponto reservado a outros assuntos, tendo o Senhor Presidente esclarecido que, relativamente às audições requeridas no âmbito do Relatório da Comissão Técnica Independente sobre a “Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal continental», as diligências feitas foram-no nos termos regimentais e que, perante uma resposta ambígua de um dos convidados, a Comissão não podia recorrer a poderes regimentais de que não dispunha – e reforçou que tudo se processou com um rigor regimental irrepreensível.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 46/XIII/3.<sup>a</sup> SL**

Acrescentou que, dado o adiantado da hora – por já se estar a iniciar a reunião plenária -, a questão da metodologia da reunião regimental ordinária do Ministro da Administração Interna, agendada para dia 8 de maio seguinte, seria acertada em reunião de Mesa e Coordenadores ou na reunião da Comissão seguinte, dado o número de pontos autónomos requeridos para a mesma.

Face ao exposto, o Senhor Deputado Nuno Magalhães solicitou que, na reunião seguinte da Comissão, fosse agendada - como ponto autónomo - a questão das audições requeridas no âmbito do Relatório da Comissão Técnica Independente.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de abril de 2018

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Bacelar de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 46/XIII/3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Emília Cerqueira  
Fernando Rocha Andrade  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Sandra Cunha  
Sandra Pereira  
Sara Madruga da Costa  
Teresa Morais  
Vânia Dias da Silva  
Jorge Lacão  
Maria Germana Rocha  
Nuno Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto  
Elza Pais  
José Luís Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
António Gameiro  
Fernando Anastácio  
Pedro Delgado Alves  
Telmo Correia